

**NA LÍNGUA, NA HISTÓRIA E NA MEMÓRIA:
O MOVIMENTO DAS “DIRETAS JÁ!”**

Rodrigo Maia Theodoro dos Santos (USP)
rodrigomts@globocom

RESUMO

O presente artigo aborda a relação entre língua e história e o papel desempenhado pela revista *Veja*, de modo particular, em sua seção “Carta ao Leitor”, durante o Movimento das Diretas Já. A pesquisa toma a língua como prática social e questiona em que medida as escolhas linguísticas expressam as posições políticas, históricas e intelectuais da época. Parte-se do pressuposto de que a língua muda constantemente e de forma paralela ao homem, em consonância com as mudanças sociais. O movimento político Diretas Já, ocorrido na década de 1980, foi a maior mobilização popular da história do Brasil. O povo saiu às ruas e bradou pela democracia e por sua independência política, com o enunciado: *Eu quero votar para Presidente*. O anseio por mudança ultrapassou os limites do Congresso Nacional e trouxe a sociedade para o campo de batalha de ideias. Uma nova identidade do homem brasileiro era construída. Naquele período, a mídia aliou-se ao povo e materializou em documentos os fatos ocorridos. É nesse contexto histórico que a língua portuguesa em uso no Brasil é tomada como objeto de análise do presente texto. Justifica-se a escolha da historiografia linguística como suporte teórico-metodológico deste trabalho, em virtude do aparato interdisciplinar que ela estabelece, em essência, entre a linguística e a história, no processo de interpretação de documentos.

Palavras-chave: Historiografia linguística. Língua. História. Linguística. Diretas Já.

1. Introdução

Em 1984, o Brasil passou um período de reivindicação popular, em que o “povo brasileiro” iniciou um processo de luta por direitos políticos. A população saiu às ruas para mostrar suas ideias em busca de uma conquista motivada pelo enunciado: *“Eu quero votar para Presidente”*. Nasceu, então, o movimento social e político denominado “Diretas Já!”.

Naquele período, a mídia, de modo particular, procurou documentar os fatos e torná-los, em tese, mais compreensíveis ao cotidiano político, histórico e cultural brasileiro. A seção Carta ao Leitor, da revista *Veja*, cobriu e retratou todos os momentos do processo das Diretas Já, formou opiniões e estimulou um processo de interação e comoção nacional. Os textos, carregados de informações sobre os sentidos sociais, e os estereótipos projetados na sociedade revelam a forma como os indivíduos receberam influências.

O homem brasileiro via-se representado, também, pela imprensa que, à medida que veiculou a vontade de toda uma nação, influenciou as mudanças por ele solicitadas. A organização dos sentidos na seção “Carta ao Leitor” parece propor indícios e fazer o homem brasileiro pensar a possibilidade de uma identidade político-linguística pela consciência de sua posição como agente da história nacional. Particularmente, desperta a atenção o contexto, a historicidade dos fatos, a busca de uma identidade do homem brasileiro, a forma como os enunciados do documento jornalístico são construídos, a ordenação dos parágrafos, a seleção lexical, os dados gramaticais e pragmáticos, a relação do produtor com o leitor atual e o respaldo histórico na credibilidade da informação. “Carta ao Leitor” apresenta-se como material documental identificador de opiniões e influências internas e externas.

A opção pela abordagem teórico-metodológica da historiografia linguística permite olhar os textos produzidos pela mídia impressa como um documento histórico, aberto à interpretação, que estabelece, por meio da concretização e da repercussão dos direitos do homem, um estado de língua. Os documentos que serão analisados, portanto, refletem a língua em uso e a história.

2. Língua e sua perspectiva histórica e historiográfica

Para provocar um entendimento acerca do uso da língua, presente no documento jornalístico da revista *Veja*, no período das Diretas Já, e a forma como foi utilizada para alcançar determinado objetivo, faz-se necessário entendê-la como um fato social de interação entre o homem e a sociedade, ou seja, a língua é considerada como prática social de interação. Despoja-se, desta forma, de uma visão de língua como um sistema, de acordo com o que previu Ferdinand de Saussure, no final do século XIX, ou como uma simples forma de comunicação, na perspectiva de Roman Jakobson, em meados do século XX.

Por ser um produto de interação criado pelo homem, a língua também se modifica e atua de acordo com o andamento da cultura da sociedade. É, por conseguinte, indissociável a relação entre o homem e a língua. Ademais, se os homens mudam periodicamente, a língua, como produto de interação social, mudará também:

A língua é um produto social, é uma atividade do espírito humano. Não é, assim, independente da vontade do homem, porque o homem não é uma folha seca ao sabor dos ventos veementes de uma fatalidade desconhecida e cega.

Não está obrigado a prosseguir na sua trajetória, de acordo com leis determinadas, porque as línguas seguem os destinos dos que a falam, são o que delas fazem a sociedades que as empregam. (Serafim da Silva Neto, 1986: 18)

Eugênio Coseriu (1979) traça um paralelismo no que concerne às mudanças da língua e, por um lado, considera abstrata a língua que não muda e diz que essa língua é aquela que compõe uma gramática ou um dicionário. Por outro lado, para ele, a língua que muda é a língua real, que não está isolada dos fatores externos, mas que constitui a fisicidade, a historicidade e a liberdade expressiva dos falantes. Em outras palavras, a língua que se realiza no uso, no cotidiano de cada falante é a que gera uma interação do homem em sociedade na medida em que todo estado de língua pode reconstituir outro estado anterior.

Para Carlos Alberto Faraco (2005), é de suma importância aos que estudam a língua em uma perspectiva histórica, buscar uma metodologia que integre a história interna e a história externa, isto é, que almeje uma interlocução entre o estrutural e o social, no intuito de evitar uma abordagem isolada dos fenômenos linguísticos:

...história interna o conjunto de mudanças ocorridas na organização estrutural da língua no eixo do tempo; e, externa, a história da língua no contexto da história social, política, econômica e cultural da sociedade com a qual ela está relacionada. (FARACO, *op. cit.*, p. 59)

3. A historiografia linguística

A historiografia linguística entende a língua como prática social de interação, como um elemento em um processo entre os homens e a sociedade. A língua mudará de acordo com o grupo social. A análise das marcas linguísticas, que atestam as mudanças e as regularidades, pode ser verificada por meio dos princípios propostos pela historiografia linguística. Estes serão de suma importância para o entendimento da questão política e social do período das Diretas Já, ocorrido em 1984, discutido na seção “Carta ao Leitor”, da revista *Veja*.

Dentre os pesquisadores consagrados em historiografia linguística, vale ressaltar os trabalhos de Pierre Swiggers (1990) e Konrad Koerner (1996). Seus estudos revelam que esta ciência permite ao pesquisador relacioná-la com a história, a sociologia, a filosofia, a psicologia, a antropologia e as demais ciências que têm o homem como objeto de análise, o que gera uma multi e interdisciplinaridade.

Na atualidade, a historiografia linguística é conceituada por Konrad Koerner (1989) como uma reescritura de fatos da história da língua, por meio de princípios. O autor aponta que a historiografia linguística opera com questões de periodização, de contextualização e com temas relativos à prática linguística efetiva, com o intuito de identificar diferentes fases de desenvolvimento da língua ou de períodos mais longos. K. Koerner (1996) menciona que a historiografia linguística lida com questões que envolvem os fatores externos que influem ou podem causar impacto no pensamento linguístico. Em relação à historiografia linguística, Jarbas Vargas Nascimento (2002, p. 3) diz:

É importante afirmar que, pela HL, enquanto impulsionadora de atividade de engajamento investigativa de amplitude pluridisciplinar, podemos conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser sócio-histórico, capaz de apreender o que está materializado no documento e, por sua experiência atual, reconhecer melhor os elementos da realidade passada e compreender mais profundamente a si mesmo, a realidade em que vive e programar-se para o futuro.

Entende-se que a historiografia linguística pode evidenciar algumas questões de conhecimento do homem como um ser sócio-histórico. O movimento “Diretas Já!” reflete os conhecimentos de uma realidade passada e traz uma visão programática do futuro. O homem, inserido nessa perspectiva, nos apresenta, por meio da língua, uma visão clara de suas argumentações sobre a política brasileira de 1984. A revista *Veja*, em sua seção “Carta ao Leitor”, remeter-nos-á ao clima geral de opinião que o país vivia. K. Koerner traz como solução possível do problema para o historiógrafo da língua, a adoção de três princípios que devem ser utilizados sucessivamente no momento da análise: a contextualização, a imanência e a adequação teórica.

- a) **Princípio de contextualização** – é necessário levantar o clima geral de opinião da época em que o documento foi produzido. O documento em análise deve ser colocado em seu contexto histórico-cultural, em suas concepções linguísticas, socioeconômicas e políticas. Esse princípio visa a dar sentido às informações materializadas no documento, elucidando o conteúdo e auxiliando o historiógrafo da língua a apreender com detalhes os dados e sua relação com a historicidade.
- b) **Princípio de imanência** – faz-se aqui o *levantamento de informações* e a compreensão total do documento. Esse princípio tem como objetivo principal levar o pesquisador em historiografia linguística

a um caminho sem equívocos no processo de engajamento investigativo do documento selecionado. O princípio de imanência restaura e possibilita a compreensão do documento e, juntamente com a contextualização, aparece como uma linha segura de interpretação historiográfica.

- c) **Princípio de adequação teórica** – trata-se da possibilidade que o historiógrafo da língua tem de atualizar o documento para aproximá-lo das teorias e ideias que o homem moderno possa entender com facilidade. O princípio de adequação teórica torna-se, então, uma atividade hermenêutica, que realça os fatos do passado, mediados pelas preocupações do presente, para torná-los, na atualidade, socialmente úteis e necessários ao homem.

Impõe-nos salientar que, nos tópicos a seguir, os três princípios propostos pela historiografia linguística serão utilizados. O período em questão será contextualizado, com as principais informações do clima de opinião da época. Os documentos passarão pelo princípio de imanência na medida em que, por meio das considerações contextuais, os textos serão restaurados por meio do levantamento de informações. Por fim, colocaremos em prática a adequação teórica no momento em que a análise linguística dos textos será desenvolvida.

4. A questão da identidade

Stuart Hall (2005) afirma que a concepção de identidade está sendo extensamente discutida na teoria social, devido ao surgimento de novas identidades e à fragmentação do sujeito moderno, anteriormente visto como um sujeito unificado. Para o autor, essa “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança que desloca as estruturas sociais e abala a estabilidade dos indivíduos no mundo social. S. Hall (*op. cit.*, p. 9) diz:

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isto está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais (...) Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito (...) e constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo.

Para o crítico cultural Kobena Mercer (1990, p. 43), “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se

supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”. Pode-se evocar, portanto, o movimento “Diretas Já!” e constatar que houve uma tentativa de “deslocamento” na busca de uma identidade nacional, a partir da vontade do povo em romper com algo fixo e estável, como era o caso do regime militar, que perdurava há vinte anos, e almejar uma experiência nova, duvidosa e incerta.

No caso do movimento “Diretas Já!”, o povo brasileiro estava, inconscientemente, em busca de uma identidade, por meio de um deslocamento de identidades estáveis do passado. A criação de uma nova pátria, supostamente democrática, abriu a possibilidade da criação de novos sujeitos. A união da sociedade civil trouxe uma nova concepção de luta pelos direitos, pois, a partir de então, o “modelo” de sair às ruas em massa para pleitear uma mudança, tornou-se parte da história do país.

O homem brasileiro, em 1984, após um período de vinte anos de regime militar, viu-se estagnado e sem forças para lutar. Tudo que lhe fora prometido no famoso “milagre brasileiro” não aconteceu. A inflação em alta, o poder de compra cada vez pior, a situação social calamitosa e a política autoritária da ditadura deflagraram o povo à “ilegalidade”. Pelo menos era o que diziam os próprios militares, quando enunciavam: *o povo é ilegal!*

As críticas proferidas pelos atores, músicos e artistas ao Estado eram censuradas. Contudo, Chico Buarque, um dos símbolos de resistência à ditadura, compôs algumas canções para reforçar a indignação e a insatisfação da população. É o caso de *Gente Humilde*, composta em 1964, que trazia a seguinte passagem:

No meu peito
Feito um despeito
De eu não ter como lutar
E eu que não creio
Peço a Deus por minha gente
É gente humilde

Que vontade de chorar. Podemos citar, também, a música *Cálice*, composta em 1973:

Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
De que me vale ser filho da santa
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos morta

Tanta mentira, tanta força bruta.

Um movimento social e político da amplitude que foi o das “Diretas Já!” reúne todos os aspectos sociais de construção de uma identidade. Ademais, aparecem-nos, claramente, o conceito de “deslocamento” e descentralização, propostos por Hall (2005) e Mercer (1990). O movimento “Diretas Já!” impulsionou, por meio da língua, transformações históricas que marcaram a democracia brasileira e alteraram a concepção política e social do Brasil em 1984. Esse “deslocamento” gerou a criação de uma nova identidade política, social e linguística.

5. *O movimento “Diretas Já” e a emenda Dante de Oliveira*

Foram momentos de “loucura”, dias de vertigem durante os quais era muito difícil raciocinar com base nos padrões usuais da política brasileira. Naquele ano de 1984, a contagiante festa cívica fez com que acreditássemos todos que o golpe de misericórdia na ditadura militar estava ao alcance de nossas mãos.

(RODRIGUES, 2003, p. 11).

Momentos de loucura! Talvez esse enunciado resuma o que ocorreu no Brasil no período revolucionário do início da década de 1980. Um país insatisfeito, um país submergido à ditadura, um país estagnado após o golpe militar de 1964 que durava praticamente vinte anos. Os enunciados militares que postulavam o “milagre brasileiro” não tinham mais conexão e identificação com o povo. A revolta e a loucura eram visíveis. O povo sentiu-se obrigado a tomar uma providência ou, como diziam os militares de então, continuar ilegal. Durante a ditadura, o sentimento de ilegalidade e completa distância dos rumos do próprio país, praticamente eliminaram a autoestima da população que, em meio à confusão, via-se completamente perdida. Qual seria a solução? O que poderia mudar o rumo da nação? A resposta foi simples e objetiva: “Eu quero votar para Presidente”. O povo queria decidir os rumos de sua pátria. A pressão foi imensa e a mídia, os artistas e a Igreja foram o porta-voz oficial do povo brasileiro.

A escolha do presidente da República era feita de forma indireta, por meio do Colégio Eleitoral que detinha a maioria controlada pelo governo.

O Colégio Eleitoral foi criado em 1967 e confirmado – a tempo de eleger o Presidente Garrastazu Médici – pela Emenda Constitucional nº 1, de 17 de Outubro de 1969, assinada pelos três ministros militares, que tinham declarado

impedido o então Presidente Costa e Silva, afastando seu substituto constitucional e o vice-presidente Pedro Aleixo. Sua origem é, portanto, um ato de força modificando outro, a Constituição de 24 de Janeiro de 1967 que, promulgada pelo próprio governo militar, previa a substituição do presidente pelo vice-presidente. (Gláucio Soares, 1984, p. 100).

O regime militar adotara uma estratégia, designada por eles mesmos, como “estratégia de transição sob controle”. Depois dos governos dos generais Geisel e Figueiredo, o regime procurou dar espaço à oposição. Obviamente eram espaços delimitados e entremeados por diversos recuos todas as vezes que os militares se sentiam ameaçados e com riscos de perder o controle da situação. Contudo, a oposição crescia e aumentava as bancadas dos parlamentares e o Colégio Eleitoral tornava-se, assim, a única ferramenta legal nas mãos da ditadura que, ao mesmo tempo em que perdia aliados e via a bancada oposicionista crescer, alterava constantemente as emendas relacionadas às formas de votação estabelecidas dentro do Colégio Eleitoral.

O enunciado “Eu quero votar para Presidente” estava em faixas, capas de revistas, discursos e gritos a todo instante. A sociedade estava em plena ascensão, no que diz respeito à luta pelos direitos e cumprimento dos deveres. O movimento social “Diretas Já” foi um marco na história da política e da sociedade civil brasileira, independentemente de qualquer questão ideológica envolvida.

No dia 2 de março de 1983, o deputado federal eleito pelo MDB de Mato Grosso, Dante de Oliveira, apresentou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 5, que foi conhecida como Emenda Dante de Oliveira, fato que marcou definitivamente sua participação na história do Parlamento e da democracia brasileira. A emenda, exposta quase duas décadas depois do início do regime militar, propunha a eleição direta para o cargo de Presidente da República. Essa atitude legislativa e parlamentar foi o ponto de partida efetivo da mobilização popular. A emenda foi aprovada com a assinatura de Dante de Oliveira, 176 deputados e 23 senadores. O momento já era histórico. Nenhum parlamentar esperava que o jovem deputado conseguisse as assinaturas para levar a emenda para votação na Câmara e no Senado. Uma pesquisa de opinião foi encomendada pelo governo de São Paulo e constatou que 91% da população paulista era a favor das eleições diretas para presidente da República.

Cerca de um milhão e cem mil pessoas uniram-se para o grande

comício das Diretas Já no Rio de Janeiro, no dia 10 de abril de 1984, “formando uma imensa cruz humana que partia da Igreja da Candelária e atingia a estação da Central do Brasil, a Cinelândia e a praça Mauá” (RODRIGUES, 2003, p. 74).

No dia 14 de Abril, onze dias antes da votação, o presidente Figueiredo reuniu-se com auxiliares da Forças Armadas e programou algumas “medidas de emergência” que, posteriormente, seriam colocadas para a sociedade. Em 16 de abril, foi a vez do Vale do Anhangabaú reunir mais de um milhão de pessoas. O ato público contou com presença das principais lideranças e proporcionou ao público um momento de muita emoção. O maestro Benito Juarez, da Sinfônica de Campinas, “regeu” a orquestra e o povo que, juntos, entoaram o Hino Nacional Brasileiro, encerrando o comício da capital paulista: “... a passeata-comício de São Paulo era o ápice. Vinda a massa à rua, celebrada a comunhão nacional, esperava-se com ansiedade pelo dia da vitória”. (RODRIGUES, 2003, p. 83)

Enquanto o povo brasileiro participava de grandes comícios espalhados pelo Brasil, os governistas confabulavam alguma forma de frear uma possível aprovação da Emenda Dante de Oliveira.

E no dia 25 de abril de 1984, após uma longa sessão de discussões e votação, o placar das Diretas foi conhecido. Para a Emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para presidente da República, a partir de Janeiro de 1985, foram 298 votos a favor, 65 contra, 3 abstenções, e 113 deputados ausentes. Faltaram apenas 22 votos. O sentimento era de desespero, tristeza e indignação. Ricardo Kotscho (1984:121) relata:

Pelo chão acarpetado do plenário da Câmara Federal, quando tudo acabou, os representantes de um povo derrotado no seu maior anseio pisavam sobre as pétalas dos crisântemos amarelos, que esses meses todos simbolizaram uma luta, um sonho, um encontro – o grito de liberdade desta humilhada nação brasileira. Lá fora, depois das duas da manhã, algumas centenas de cidadãos ainda esperavam o impossível, uma reversão no resultado que ninguém queria (...) Foi um dia que pareceu uma eternidade, discursos e mais discursos adiando a decisão – intermináveis 17 horas de uma sessão histórica para que ao final o povo brasileiro ficasse sabendo que continua tutelado, sem direitos.

O movimento “Diretas Já” estava derrotado. A emenda Dante de Oliveira estava derrubada pelo Congresso. A nação, pasma, não acreditava e não entendia o que acontecera. A maior mobilização popular da história da democracia brasileira era derrotada pela intransigência do regime ditatorial. Restava ao povo simplesmente esperar.

6. A língua portuguesa no século XX

O século XX nos traz elementos importantes para uma abordagem da língua portuguesa, pois não só apresenta diversas transformações em relação ao século precedente, resultantes das alterações internas e das influências recebidas de outras culturas, mas, também, apresenta-nos a Semana de 22, que tentou romper alguns paradigmas históricos e trouxe, ou pelo menos tentou trazer, a implantação do novo para a literatura, a língua e a cultura em território brasileiro. No que diz respeito às influências recebidas de outras culturas, Edith Pimentel Pinto (1988, p. 8) diz:

O rumo dos estudos linguísticos no século XX, que tem sido norteado, predominantemente, pelo binômio língua/sociedade, começou a esboçar-se no último quartel do século passado, sob influência geral das ciências sociais, sobretudo sociologia, psicologia, antropologia; e sob influência particular de algumas obras capitais, como a precursora *La Vie du Langage* (Whitney, 1875) e, já neste século, *Le Langage et la Vie* (Charles Bally, 1912), *Le Langage* (Vendryes, 1921), *La Philosophie du Langage* (A. Dauzat, 1924), obras que exemplificam, ao mesmo tempo, a linha mestra desses estudos e o tipo de leitura a que se aplicavam não só especialistas, mas todos os intelectuais interessados nos fatos da linguagem.

A Semana de 22 foi um dos principais eventos da história da arte modernista no Brasil, gerado pela insatisfação com a cultura vigente, submetida a modelos importados, e por um anseio pela reafirmação da identidade brasileira. O movimento propôs algumas mudanças que, como já era esperado, “foram rigorosamente rejeitadas pelos modelos existentes e pelos próprios poetas e escritores consagrados, que exigiam a produção literária, alicerçada nas regras e normas da gramática tradicional” (BRITO, 1971, p. 29).

O século XX, segundo E. P. Pinto (1988), a partir do enfoque língua e sociedade, trouxe à tona o levantamento de traços de oralidade na língua portuguesa em uso no Brasil. Essa questão ampliou-se, principalmente pela influência de Roman Jakobson, que reformulou o esquema das funções da linguagem. Ao mesmo tempo, inicia-se a divulgação da Sociolinguística, cuja preocupação com o ato da fala repercutiu não apenas no ensino, mas também na língua literária.

A direção dos estudos linguísticos caminhava em dois polos: um que valorizava os preceitos gramaticais, ainda regidos sob a influência literária do século passado; e outro, que se interessava pelo viés da oralidade na língua, regido pelos estudos sociolinguísticos de então.

Nesta perspectiva, E. P. Pinto (1988) postula três momentos importantes da língua portuguesa no Brasil, no século XX: o primeiro (1920-1945) corresponde ao rompimento com o “velho”, uma oposição ao século precedente. Ocorre a adesão à ruptura com os modelos e os padrões tradicionais da língua literária luso-brasileira. O segundo (1945-60) apresenta uma atitude de reflexão. Aparece um certo refluxo em relação ao antigo purismo. É um momento de crítica e transição que visa a adequar os temas nacionais à língua em uso no Brasil. O terceiro, iniciado a partir de 1960, traz-nos a supervalorização da oralidade, estabelecida sob o ponto de vista sociolinguístico. Procura captar a imagem da fala nos seus diferentes registros.

A autora traz-nos, também, uma questão de supostos equívocos ocasionados por essa polarização entre supervalorização da oralidade e persistência em purismo linguístico e gramatical no século XX. São eles: (i) a crença de que o português, no Brasil, é uma língua emprestada, expressão linguisticamente equivocada, pois se trata da língua materna de milhões de brasileiros há mais de cinco séculos; (ii) a afirmação de que a língua portuguesa não representa o homem brasileiro, no momento em que, justamente por haver essa representação, se modelou a variante no Brasil; (iii) e a colocação que a língua falada pelo povo é autêntica. Valoração injustificável do ponto de vista linguístico, pois há uma suposição de que somente o povo é capaz de criar artisticamente e que os escritores devem, obrigatoriamente, assumir essa posição.

Percebe-se o anseio do povo em sentir-se mais próximo da língua, em evitar alguns purismos exacerbados e em procurar uma identidade linguística. Essa questão que envolve o nacionalismo, no que diz respeito ao movimento Diretas Já, ocorre também na língua no século XX. É importante identificarmos um paralelismo entre a busca de uma identidade política e linguística, pois ambas colocam o povo como ator principal de um país que busca um discernimento em suas questões sociais.

7. Características do texto jornalístico

Segundo Alberto Dines (1986, p. 25) *jornalismo é a busca de circunstâncias*. Podemos depreender, então, que o texto jornalístico é a constante busca de situações, condições ou particularidades que serão passadas pelo veículo de comunicação a um determinado leitor, ouvinte ou telespectador.

Para Fernando Cascais (2001, p. 120) jornalismo é a “atividade de recolha, tratamento e difusão de informação através de todos os tipos de meios de comunicação social”. Na ótica desse autor, jornalismo é uma atividade de coleta e difusão de informações que serão passadas para os leitores ou ouvintes.

No *Dicionário de Comunicação* de Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Guimarães Barbosa (2001, p. 405) o conceito é similar:

o jornalismo é uma atividade profissional que tem por objetivo a apuração, o processamento e a transmissão periódica de informações da atualidade para o grande público ou para determinados segmentos desse público, através de veículos de difusão coletiva.

Com relação às características de um texto jornalístico, Nilson Lage (2005, p. 73) diz:

O que caracteriza o texto jornalístico é o volume de informação factual. Resultado da apuração e tratamento dos dados, pretende informar, e não convencer. Isso significa que o relato, por definição, está conforme o acontecimento – este sim, passível de crítica e capaz de despertar reações distintas nos formadores de opinião e entre os receptores da mensagem em geral (...). O texto jornalístico é a notícia, que expõe um fato novo ou desconhecido, ou uma série de fatos novos ou desconhecidos do mesmo evento, com suas circunstâncias.

Para completar essa questão, notícia, para Rabaça & Barbosa (2001, p. 513), é “um relato de acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público”. Segundo o *Manual de Redação da Folha* (2006), além da objetividade e busca pela informação, o texto jornalístico deve ter o apartidarismo, pois o jornal não deve atrelar-se a um grupo, tendência ideológica ou partido político.

A partir disso, surge uma questão polêmica em jornalismo: a imparcialidade. Como dissociar a subjetividade e as influências pessoais do redator no momento da produção textual? É uma tarefa praticamente impossível. N. Lage (2006, p. 15) traça um paralelo entre sensacionalismo e imparcialidade.

A par do sensacionalismo, e no esforço para superá-lo, os jornalistas conseguiram empregar rigor às técnicas de apuração e tratamento de informações. Foram buscar no espírito científico o respeito pelos fatos empíricos e o cuidado para não avançar além daquilo que os fatos permitem ao senso comum inferir. O ideal de imparcialidade é parte dessa postura, que se contrapõe ao modelo sensacionalista nos grandes jornais (...)

Portanto, o texto jornalístico tem como características principais: a

apuração dos fatos e informações, a produção textual com total imparcialidade, a opção por frases curtas e a adequação desse texto ao veículo no qual a notícia será transmitida. Ademais, o texto jornalístico é uma via importante para sociedade, pois é a partir dele que se partilham experiências e se discutem ideias, mesmo sem contato físico. É pelo jornalismo, enquanto meio de transmissão de fatos sociais, que ocorre a integração e o diálogo em uma sociedade.

Ainda sobre as características, o texto jornalístico obedece a uma estrutura particular para a transmissão da informação. Temos, inicialmente, o que é chamado de *lead*, do inglês, que significa conduzir, comandar, dirigir. Em jornalismo impresso *lead* é o primeiro parágrafo da notícia, que se inicia por um tópico frasal ou sentença-tópico.

Segundo N. Lage (2005), a origem do *lead* está relacionada ao uso oral da língua, ou seja, à maneira como alguém relata algo a que assistiu. Sua natureza é pragmática e está relacionada às condições e intenções de tornar a comunicação eficaz. Fernando Cascais (2001, p. 125) traz o conceito de *lead*:

Introdução de uma notícia, correspondendo normalmente ao primeiro parágrafo. (...) Este primeiro parágrafo permite condensar a informação mais relevante sobre o acontecimento e seu conteúdo condiciona fortemente o corpo da notícia e o título.

Em suma, o *lead* é a introdução do texto jornalístico. É a ferramenta pela qual os jornalistas situam o leitor com a intenção de indicar qual será o assunto específico que a matéria vai abordar. Após o *lead* há, obviamente, o desenvolvimento do texto. Sobre esse ponto cabe ao próprio jornalista, a partir dos fatos, produzir o texto.

8. A revista *Veja*

A revista *Veja* surgiu em 1968 com o intuito de ser um semanário de notícias nos moldes norte-americanos das revistas *Time* e *Newsweek*. O italiano Mino Carta foi convidado para ser o coordenador do projeto de implantação, depois de montar as redações da revista *Quatro Rodas* e criado o *Jornal da Tarde*. Mino Carta contratou diversos jornalistas que, aos poucos, aprenderam a fazer o gênero revista com as experiências do cotidiano. O primeiro nome da revista foi *Veja e Leia*, com o nome “Veja” em corpo de letra bem maior do que “Leia”. Aos poucos, até por uma questão de visualização, o nome ficou apenas *Veja*.

Outra mudança entrou para a história de *Veja*. O diretor de redação colocou na abertura da revista uma entrevista com perguntas e respostas. Havia um estoque de papel amarelo sobrando na gráfica, e ele foi usado na nova seção. Depois que as páginas amarelas, contendo entrevistas, tornaram-se marca registrada, a revista passou a colori-las.

A revista *Veja* sempre teve um caráter liberal-conservador. No que diz respeito especificamente ao período das “Diretas Já”, a revista se posicionou de forma capitalista, como de praxe, porém com um viés democrata. Era uma ideologia de final de ditadura, e esta, por sua vez, arrojava os negócios da sociedade, freando o desenvolvimento de grandes empresas e, no que diz respeito à realidade da revista, fazendo o mesmo com os anunciantes. A revista queria riqueza, cultura, informação, liberdade, venda de exemplares e, por conseguinte, anunciantes. Neste caso, se a ditadura continuasse com a política desagregadora, os planejamentos de *Veja* não aconteceriam de acordo com a forma desejada. Definitivamente, a revista *Veja* queria, também, votar para presidente da República.

9. A seção “Carta ao Leitor”

Resta-nos caracterizar o que significa a seção designada pela revista *Veja* como “Carta ao Leitor”. Atualmente, esse texto é chamado de editorial, o espaço de interlocução e interação do veículo de comunicação com o leitor. Esse tipo de texto escrito traz, de forma clara e direta, a posição que o veículo toma perante um determinado assunto. No caso do movimento “Diretas Já”, é importante verificar a relação existente entre a opinião da revista e a vontade da população brasileira. Em um texto opinativo, observa-se marcas de uso da língua portuguesa, no século XX, como uma forma de influenciar os leitores, a partir, por exemplo, da seleção lexical.

Sendo assim, é fundamental a conceituar “editorial”. Segundo o *Dicionário de Comunicação* de Rabaça & Barbosa (2001, p. 255), editorial é um:

Texto jornalístico opinativo, escrito de maneira impessoal e publicado sem assinatura, referente a assuntos ou acontecimentos locais, nacionais ou internacionais de maior relevância. Define e expressa o ponto de vista do veículo ou da empresa responsável pela publicação (jornal, revista etc.) ou emissão (televisão e rádio).

A seção “Carta ao Leitor” ou editorial remete-nos a uma “conversa” entre a revista e o leitor. Obviamente, uma conversa unilateral, em que a

revista acata esse ato, porém, expondo apenas seu ponto de vista. Não há uma contrariedade nem uma aceitabilidade específica por parte do leitor, pois não há uma interlocução manifesta. A revista coloca sua opinião como se estivesse refletindo o sentimento de seu leitor, porque o leitor, quando lê aquela seção da revista, procura a sua opinião, procura seu ponto de vista na voz da revista. Ele quer saber, também, o que esse veículo tem a dizer, mesmo que já saiba qual será a vertente que a revista vai adotar. O leitor compra a revista que tem a opinião dele, que concorde com o ponto de vista dele, pois, assim, sente-se à vontade na leitura e na própria aceitação da revista.

Sobre a questão de uma suposta influência que o editorial pode exercer no leitor, Fernando Caiscais, (2001, p. 76) diz:

O editorial é um discurso claro e direto, incisivo, mas ponderado, informativo quanto basta, mas justificativo de uma posição. Porta-voz da opinião pública ou motivando-a, o editorial é um texto que influencia o poder. É o mais claro sinal, em particular na imprensa, da função mediadora entre público e poder e de assumida representação da sociedade civil.

É evidente, a partir das colocações citadas acima, que o editorial vai diretamente na opinião que o veículo de imprensa quer esclarecer, agregar e influenciar. N. Lage (2005, p. 152) afirma que as revistas semanais de “informação”, como é o caso da revista *Veja*,

flutuam entre a interpretação e a opinião manifesta. Esta, quando torna evidente a postura dominante na sociedade – isto é, nas elites –, tende a não ser percebida como tal: o que está escrito parece constatação ou evidência. Tem sido o caso, frequentemente, de *Veja*, da Editora Abril. Revista opinativa, centenas de milhares de pessoas consomem suas matérias como se fossem relatos fidedignos.

A força da credibilidade, que um veículo de comunicação exerce sobre seu público é tamanha, que as opiniões se confundem com as evidências, fatos e verdades. Para os leitores da revista, o texto não é mais opinativo, é sim, a verdade dos fatos, ou pelo menos a verdade mais conveniente, para as partes, sobre determinado fato.

10. “Carta ao Leitor” de 18 de abril de 1984

As fotos com os textos originais estão nos anexos do presente artigo. O primeiro documento, de número 815, é datado de 18 de abril de 1984. Nesse momento, a sociedade civil brasileira acreditava piamente na vitória da emenda Dante de Oliveira. Entre os dias 10 e 16 de abril, realizaram-se os dois maiores comícios do movimento. Em São Paulo, no Vale

do Anhangabaú, e no Rio de Janeiro, na Candelária; mais de 2 milhões de pessoas reuniram-se em prol das eleições diretas.

A sensação de vitória não estava apenas com o povo. Os próprios políticos, comedidos em determinadas situações, já admitiam o sucesso da emenda. Ninguém imaginava que depois de tanta pressão popular e de tantas adesões ao movimento, alguma coisa daria errado na votação do Congresso Nacional. A confiança era total.

Pelo documento 815, percebe-se, no *lead*, expresso no primeiro parágrafo, como a confiança era completa por parte de toda a sociedade. Por ele, é introduzido o assunto que será abordado na matéria, no intuito de suscitar o interesse do leitor:

O Comício em favor das eleições diretas no Rio de Janeiro cravou, na semana passada, mais um marco na evolução dessa campanha sem precedentes, em mobilização e apoio popular, por uma ideia política.

O *lead*, além de guiar o leitor ao assunto abordado no texto, traz, de antemão, uma ideia de total confiança e de ansiedade pela proximidade do dia da votação da emenda – no dia 25 de abril. No grande comício, realizado no Rio de Janeiro, formou-se uma cruz na Praça da Candelária, vislumbrando a certeza da vitória. O texto segue fielmente esse padrão, principalmente no que diz respeito à escolha do verbo “cravar” para falar sobre a manifestação ocorrida no Rio de Janeiro. No desenvolvimento do primeiro parágrafo, a questão do comício carioca é reforçada com a utilização de uma “referência”:

Apenas alguns meses atrás, a primeira manifestação pelas diretas não conseguia reunir mais que uns poucos militantes partidários. Os adversários de qualquer situação no atual sistema indireto pareciam mais bem organizados na defesa de suas opiniões. Considerada fantasiosa, inconveniente ou pouco adequada para o momento, a ideia das diretas encontrava dificuldades para decolar.

O recorte explicita a tal “referência” para explorar a magnitude do comício da Candelária. O texto afirma que, no início, eram poucos militantes e não se poderia imaginar a proporção do crescimento. Percebe-se que a revista, por meio do narrador da seção, apresentou-se como detentora das informações e das opiniões e portou-se como se estivesse em todos os comícios realizados na campanha das “Diretas Já!”. Nilson Lage (2006, p. 20) diz que, no texto jornalístico, “é comum o narrador aparecer como observador onisciente e onipresente, isto é, sabedor de tudo e presente a todos os lugares, sem aparecer objetivamente no que está narrando”.

Além disso, o redator da seção “Carta ao Leitor” procura limitar o

código linguístico, na medida em que reduz o número de palavras no enunciado e diminui a frequência dos operadores de uso corrente. Segundo N. Lage (*op. cit.*, p. 23) essa opção “aumenta a comunicabilidade e facilita a produção da mensagem, o que é útil no caso de um produto industrial como a notícia”. Para atender a essa comunicabilidade, o autor sugere frases de 140 ou 150 toques, no máximo. Essa afirmação pode ser desvelada na seguinte passagem do documento 815:

- 1 Ela diz, apenas, que não quer mais continuar assim, porque está convencida de que assim não dá mais certo.
- 2 O governo poderá, é verdade, derrotar no Congresso a emenda das diretas.
- 3 Será um trunfo perigoso, porém, se não entender o imenso clamor de mudança que o país não cessa de expressar nas ruas.

Ao analisarmos cada enunciado, temos a redução do número de palavras. O primeiro enunciado tem 106 toques (contando com os espaços); a segunda tem 72 toques; e a terceira tem 117 toques. As frases curtas, em textos jornalísticos, são preferidas, pois evidenciam uma maior clareza e objetividade no ato noticioso.

Sobre a redução de regras gramaticais, o documento em questão obedece à norma padrão culta. Utiliza-se a língua de forma a priorizar a informação, sem nenhum recurso estilístico que possa prejudicar o entendimento rápido da informação e da opinião a ser veiculada. Sobre essa temática, N. Lage (*op. cit.*, p. 24) assevera que o texto jornalístico:

Impõe o uso de vocabulário e gramática tão coloquiais tanto possível nos limites do que se considera socialmente correto e adequado ao público a que se destina a informação. Normas de redação adicionais impedem o uso estilístico (intencionalmente significativo) de notações como o excesso de vírgulas. Do mesmo modo, regulam e geralmente suprimem pontos de exclamação, reticências etc.

No desenvolvimento do documento, podemos identificar, mais uma vez, porém agora de forma mais explícita, a questão da ansiedade e da certeza da vitória da emenda Dante de Oliveira, após a realização dos comícios.

Hoje o desejo de escolher o próximo presidente da República é a maior unanimidade popular já registrada na História do Brasil, algo que se afere não apenas pelo tamanho dos comícios, mas por toda e qualquer investigação de opinião pública que se possa fazer. Nunca tantos quiseram a mesma coisa no mesmo tempo.

Mais um vez, além de reforçar a ideia da vitória das “Diretas Já!”, a revista, por meio de seu narrador, utiliza-se da referência dos comícios,

para dizer: não apenas mais de 2 milhões de pessoas desejam votar para presidente, mas toda a nação. Nunca tantos quiseram a mesma coisa. Essa imposição dos itens lexicais: *maior, unanimidade, tamanho, toda, tantos* objetiva trazer ao leitor a ideia de que tudo está praticamente ganho, pois todos, em suposta “unanimidade”, querem a mesma coisa.

Contudo, ainda sobre a questão da ansiedade e de “certeza da vitória”, no final do documento, há um enunciado que relata um pequeno traço de incerteza, atrelado a uma desconfiança do governo militar.

O governo poderá, é verdade, derrotar no Congresso a emenda das diretas.

Naqueles dias, ninguém poderia imaginar que a emenda seria derrotada. Por mais que ainda houvesse uma desconfiança e uma insegurança com relação às atitudes do regime ditatorial, a população, depois de tantos comícios e de tantas mobilizações civis que incluía até grandes empresários brasileiros, julgava a situação como resolvida. Isso pode ser comprovado nas linhas finais do documento em estudo, em que o redator, após dizer que a emenda poderia ser derrotada pelo governo, afirma a ideia da derrota das Diretas no Congresso:

Será um trunfo perigo, porém, se (o governo) não entender o imenso clamor de mudança que o país não cessa de expressar nas ruas.

A situação política da ditadura, naquele momento, era o único ponto que deixava a população com um pé atrás. Por mais que a confiança na vitória fosse imensa, o povo sabia que o regime militar era capaz de qualquer coisa. A partir disso, o veículo de mídia, por meio dos textos que publica, passa a ser, na visão do leitor assíduo, o detentor da verdade. O leitor que busca uma informação opinativa sabe o que vai encontrar, quando lê determinada revista ou assiste a determinado noticiário televisivo, por exemplo. A mídia exerce influência sobre os valores e as opiniões dos leitores, ouvintes ou telespectadores. Segundo N. Lage (2006, p. 26), “a notícia pode comover, motivar revolta ou conformismo, agredir ou gratificar alguns de seus consumidores”. Até que ponto, então, as informações publicadas condizem com a verdade? O que é a verdade, nessa perspectiva?

A notícia trata das aparências do mundo. O que importa realmente é se, de fato, aconteceu aquilo que está no documento. A subjetividade do redator mistura-se ao desejo de imparcialidade no relato de um fato e não a algo que “pode” ter acontecido. Sobre essa questão, N. Lage (2006) assevera que, em jornalismo, não basta somente ser verdadeiro, é preciso parecer verdadeiro, ou seja, é necessário situar o leitor de forma clara e

precisa.

O comício em favor das eleições diretas no Rio de Janeiro cravou, na semana passada, mais um marco na evolução dessa campanha sem precedentes, em mobilização e apoio popular, por uma ideia política.

O documento número 815, de 18 de abril de 1984, retratou de forma objetiva a ansiedade e a certeza da vitória da emenda Dante de Oliveira. Evidentemente, devido à desconfiança do povo perante o regime militar de então, dúvidas ainda tomavam conta da população. Depois das gigantescas manifestações populares, ninguém poderia imaginar o que estaria por vir.

[CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO]